

Medidas Fiscais e Tributárias

Órgão	Medida	Ato Normativo	Status
Congresso Nacional	Reconhecimento de estado de calamidade pública com efeitos até de 31 de dezembro de 2020.	Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020	Em vigor
Ministério da Economia	Fica autorizada a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional a suspender, por até noventa dias, os prazos de defesa nos processos administrativos de cobrança da dívida ativa da União, o encaminhamento de Certidões de Dívida Ativa para protesto extrajudicial, a instauração de novos procedimentos de cobrança, entre outros.	Portaria nº 103, de 17 de março de 2020	Em vigor
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional	Condições para transação extraordinária na cobrança da Dívida Ativa da União (Parcelamento da Dívida Ativa da União) .	Portaria nº 7.820, de 18 de março de 2020 Portaria nº 7.821, de 18 de março de 2020	Em vigor
Presidência da República	O prazo de validade da certidão negativa de débitos (CND) expedida conjuntamente pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional do Ministério da Economia, referente aos tributos federais e à dívida ativa da União por elas administrados, será de até 180 dias , contado data de emissão da certidão, prorrogável, excepcionalmente, em caso de calamidade pública, pelo prazo determinado em ato conjunto dos referidos órgãos.	Medida Provisória nº 927, de 22 de março de 2020	Em vigor
Secretaria Especial da Fazenda	Prorroga , excepcionalmente, prazos de declarações do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional) . O prazo para apresentação da Declaração de Informações Socioeconômicas e Fiscais (Defis) referente ao ano-calendário 2019 fica prorrogado para 30 de junho de 2020. O prazo para apresentação da Declaração Anual Simplificada para o Microempreendedor Individual (DASN-Simei) referente ao ano-calendário 2019 fica prorrogado para 30 de junho de 2020.	Resolução nº 153, de 25 de março de 2020	Em vigor
Receita Federal do Brasil	Restrição no atendimento presencial nas unidades de atendimento da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB) mediante agendamento prévio obrigatório, aos diversos serviços. Suspensão de prazo processuais no âmbito da RFB e determinados procedimentos administrativos como aviso eletrônico de cobrança e intimação para pagamento de tributos, exclusão de parcelamento por	Portaria nº 543, de 20 de março de 2020	Em vigor

Órgão	Medida	Ato Normativo	Status
	inadimplemento de parcelas e emissão eletrônica de decisão sobre pedidos de restituição, ressarcimento, reembolso ou compensação, até 29 de maio de 2020, podendo ser prorrogados enquanto perdurar o estado de emergência de saúde pública decorrente do coronavírus.		
Procuradoria-Geral Federal	Ficam suspensas, por 90 (noventa) dias , as seguintes medidas de cobrança administrativa dos créditos das autarquias e fundações públicas federais: i) remessa de correspondência ao devedor para tentativa de conciliação; e ii) apresentação a protesto de certidões de dívida ativa.	Portaria nº 158, de 27 de março de 2020	Em vigor
Ministério da Economia	Os prazos de recolhimento da Contribuição para o PIS/PASEP e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS de que tratam o art. 18 da Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001, o art. 10 da Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002, e o art. 11 da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, relativas às competências março e abril de 2020, ficam postergadas para os prazos de vencimento dessas contribuições devidas nas competências julho e setembro de 2020, respectivamente. A Portaria nº. 150, de 7 de abril de 2020, altera a Portaria ME nº 139, de 3 de abril de 2020, que passa a vigorar com a seguinte alteração: As contribuições previdenciárias de que tratam os arts. 22, 22-A e 25 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, o art. 25 da Lei nº 8.870, de 15 de abril de 1994, e os arts. 7º e 8º da Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, devidas pelas empresas a que se referem o inciso I do caput e o parágrafo único do art. 15 da Lei nº 8.212, de 1991, e a contribuição de que trata o art. 24 da Lei nº 8.212, de 1991, devida pelo empregador doméstico, relativas às competências março e abril de 2020, deverão ser pagas no prazo de vencimento das contribuições devidas nas competências julho e setembro de 2020, respectivamente." (NR)	Portaria nº 139, de 3 de abril de 2020 Portaria nº 150, de 7 de abril de 2020	Em vigor
Presidência da República	Altera o Decreto nº 6.306, de 14 de dezembro de 2007, que regulamenta o Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro ou relativas a Títulos ou Valores Mobiliários . Nas operações de crédito contratadas no período entre 3 de abril de	Decreto nº. 10.305, de 1º de abril de 2020	Em vigor

Órgão	Medida	Ato Normativo	Status
	2020 e 3 de julho de 2020, as alíquotas do IOF previstas nos incisos I, II, III, IV, V, VI e VII do caput e no § 15 ficam reduzidas a zero.		
Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil	Fica prorrogada, por 90 (noventa) dias, a validade das Certidões Negativas de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND) e Certidões Positivas com Efeitos de Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CPEND) válidas na data da publicação desta Portaria Conjunta.	Portaria Conjunta nº 555, de 23 de março de 2020.	Em vigor
Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil	Prorroga o prazo da apresentação da Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais (DCTF) e da Escrituração Fiscal Digital da Contribuição para o PIS/Pasep, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e da Contribuição Previdenciária sobre a Receita (EFD-Contribuições).	Portaria Normativa nº. 1.932, de 03 de abril de 2020	Em vigor
Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil	Prorroga o prazo de entrega da Declaração de Ajuste Anual do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física referente ao exercício de 2020, ano-calendário de 2019, pela pessoa física residente no Brasil, para até 30/06/2020.	Instrução Normativa nº 1.930, de 1º de abril de 2020	Em vigor
Presidência da República	Prazo para reembolso de passagens será de 12 meses. Consumidores ficarão isentos de penalidade contratual, se aceitar crédito para utilização futura.	Medida Provisória nº 925, de 18 de março de 2020	em vigor
Presidência da República	Diferimento do pagamento de tarifas de navegação aérea. Pagamento de março, abril, maio e junho ficam postergados para setembro, outubro, novembro e dezembro.	Decreto nº 10.284, de 20 de março de 2020	em vigor
Presidência da República	Extingue o Fundo PIS-Pasep , instituído pela Lei Complementar nº 26, de 11 de setembro de 1975, transfere o seu patrimônio para o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, e dá outras providências. Fica extinto, em 31 de maio de 2020, o Fundo PIS-Pasep, cujos ativos e passivos ficam transferidos, na mesma data, ao FGTS	Medida Provisória nº. 946, de 7 de abril de 2020	Em vigor
	Diferimento das outorgas fixas e variáveis nos aeroportos concedidos.		Aguardando publicação
	Linhas de crédito específicas ao setor aéreo no Banco do Brasil, Caixa e BNDES para capital de Giro.		Aguardando publicação
	Abono do cancelamento de <i>slots</i> para aferição de índice de pontualidade.		Aguardando publicação